

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.562 - GO (2019/0363558-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : MARCELO HENRIQUE ALVES CALDAS (PRESO)
ADVOGADO : PEDRO JOSÉ TELES - GO014526
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* com pedido liminar interposto por MARCELO HENRIQUE ALVES CALDAS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5542857.29.2019.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 20/3/2019, pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 12, 14 e 16, todos da Lei n. 10.826/2003 (posse e porte de arma de uso permitido e restrito) e no art. 180, *caput*, do Código Penal (receptação).

Posteriormente, a custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou prévio *habeas corpus* na origem, tendo sido a ordem denegada em acórdão cuja ementa foi definida nos seguintes termos (e-STJ fls. 143/144):

Posse e porte de arma de fogo de uso permitido e restrito, receptação e uso de drogas (apreensão duas pistolas 380, uma pistola 900 com kit rajada, 79 gramas de maconha e 5 gramas de cocaína e um veículo produto de crime). Prisão em flagrante convertida em preventiva. Habeas corpus liberatório sustentando constrangimento ilegal por excesso de prazo (187 dias, na impetração).

1 – O atraso para a conclusão da instrução se deve à complexidade do feito, no qual houve necessidade de diligência e possui três denunciados, com defensores diversos, sendo que um deles apresentou resposta à acusação somente em 18/9/2019.

2 – Habeas corpus conhecido e indeferido. Parecer acolhido.

No presente recurso ordinário, alega a defesa excesso de prazo na formação da culpa, sustentando que "*o Recorrente está preso há quase 08 (oito) meses SEM QUE HOUVESSE DESIGNADA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO POR CULPA EXCLUSIVA DO CÓ-REU que NÃO APRESENTOU*

Superior Tribunal de Justiça

ATEMPADAMENTE SUA RESPOSTA PRELIMINAR" (e-STJ fl. 155).

Sustenta, outrossim, que não há fundamentação idônea apta a justificar a custódia cautelar.

Requer, inclusive liminarmente, a expedição de alvará de soltura em benefício do recorrente com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 180/182).

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 218/222).

É, em síntese, o relatório.

Informações obtidas no sítio eletrônico desta Corte Superior dão conta de que, ao julgar o RHC n. 115.255/GO, no dia 16/12/2019, nos autos da mesma ação penal (201900354050), a Sexta Turma deu provimento ao recurso para substituir a prisão do ora recorrente por medidas cautelares diversas a serem fixadas pelo Juízo singular.

Diante disso, nada mais há a ser apreciado nesta oportunidade, tendo em vista que fica sem objeto o pedido contido no recurso, cujos fundamentos foram superados.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator